

Ulysses, senhor da Constituinte?

Câmara pouco trabalha, diz Fragelli

O deputado Ulysses Guimarães, provável presidente da Constituinte, utilizara apenas o seu arbítrio pessoal para dirigir os trabalhos da Assembleia durante todo o mês de fevereiro, período em que estava sendo elaborado o seu regimento interno. Isto, se prevalecer a lista de sugestões apresentadas ao presidente do PMDB, a seu próprio pedido, pelos deputados Prisco Viana, Carlos Sant'Anna e Euclides Scalco.

De acordo com o documento subscrito pelos três parlamentares peemedebistas, o primeiro ato de Ulysses, tão logo seja empossado na presidência da Constituinte, deverá ser a convocação de uma comissão interpartidária encarregada de elaborar o regimento interno. Os partidos estariam representados no órgão, que teria o final de fevereiro como prazo máximo para concluir seus trabalhos. Enquanto isso, o presidente da Constituinte decidiria através de critérios próprios como con-

duzir a Assembleia, utilizando-se subsidiariamente do regimento comum do Congresso.

GRANDE COMISSÃO

O conjunto de propostas levado a Ulysses pelos três deputados prevê a inclusão, no regimento da Constituinte, de um dispositivo convocando uma segunda comissão parlamentar — a chamada grande comissão — para elaborar o próprio projeto da Constituição Federal. Seria um grupo numericamente expressivo e contando com a participação de todos os partidos, a exemplo do que ocorreu na Constituinte de 1946.

Sem estabelecer limitações rígidas, como explicou o deputado Prisco Viana, o documento de sugestões levado a Ulysses prevê o estabelecimento de um "prazo razoável" para a conclusão da Carta Magna, algo entre 7 de setembro e 15 de novembro. Esta necessidade, explicou o parlamentar, é justificada pela

la enorme expectativa existente nos meios financeiros nacionais e internacionais em relação às decisões da Constituinte: "Se ela se alongar demais, prejudicará os investimentos no País".

Os deputados do PMDB também fizeram propostas para limitar o funcionamento da Câmara e do Senado durante a Constituinte. A idéia é arquivar todos os projetos de origem parlamentar, restando apenas a cerca de cem proposições do Executivo em tramitação no Congresso. Para examiná-las, no entender do deputado Prisco Viana, é bastante que as duas Casas se reúnam quinzenalmente.

A hipótese de um referendo popular à nova Constituição não é citada no documento que se encontra nas mãos do deputado Ulysses Guimarães. Como esclareceu Prisco, somente a própria Carta Magna — e não o regimento interno da Constituinte — poderia conter esta determinação.

"A Câmara não se reúne, não debate nem vota. Então, quem emperra o Legislativo?" — indagou ontem o presidente do Senado, José Fragelli, ao comentar as propostas de deputados visando a extinção do Senado na Constituinte, sob o argumento de que a Casa não tem funções maiores do que favorecer os interesses de Executivo. Ele acha também que o assunto não é novo, sempre surge durante uma Constituinte, para esconder objetivos pouco nobres.

Segundo Fragelli, a extinção do Senado tem sido defendida sobretudo pelos deputados dos grandes estados, porque teriam uma maneira cômoda e eficiente de fazer predominar seus interesses sobre os dos estados menores. Se isso acontecesse, estaria quebrada a unidade federativa, preservada pelo Senado, onde todos os estados têm um mesmo número de representantes: três.

Porém, com o sentido de rebater a posição dos deputados, o presidente Fragelli pediu ontem a sua assessoria que faça um balanço sobre o número de matérias votadas ao ano passado na Câmara e no Senado "Verão — estimou — que os senadores produzem, trabalham pelo menos dez vezes mais. Não há termos de comparação entre as duas Casas com relação ao trabalho legislativo".

A Câmara jamais deu número e vai piorar no futuro. Os últimos decretos votados em conjunto com o Senado têm dois anos e só obteve quorum em função de tratar de salários para os trabalhadores — prosseguiu Fragelli, assinalando que no Senado a presidência ainda tem meios de acionar as bancadas e exaurir a pauta, ao contrário da Câmara.

Entretanto, fez questão de ressaltar que não dirigia uma crítica ao presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, apenas registrava que ninguém consegue quorum quando se trata de sensibilizar deputados. Por essa razão, acha que no mesmo grau de argumentação que tentam extinguir o Senado poderiam defender o fim da Câmara.

Aliás, Fragelli vai mais longe, prevendo que se estabelecer o sistema unicameral "não teremos mais democracia no Brasil. Haverá uma ditadura do Executivo, porque mais de 95 por cento dos decretos-lei serão aprovados por decurso de prazo. A Câmara jamais dará número para votá-los".

Camargo quer presidir o partido

O senador Affonso Camargo (PMDB-PR) sonha em passar de 3º para 1º vice-presidente nacional do PMDB, em substituição a Pedro Simon, que se elegeu governador do Rio Grande do Sul, ficando, assim, em condições de ser o presidente nacional do PMDB se o deputado Ulysses Guimarães pedir uma licença, pelo menos enquanto estiver presidindo a Constituinte.

O senador paranaense poderá ficar só no sonho de presidir o partido, porque, até agora, Ulysses Guimarães não deu ne-

nhum sinal de que pretenda se afastar do cargo que ocupa há 15 anos ininterruptos. "Renúncia é uma palavra que não existe no dicionário dos políticos", ironizava, ontem, o deputado Heráclito Fortes, membro da executiva nacional do PMDB e amigo pessoal de Ulysses.

SUBSTITUIÇÃO

De qualquer maneira, Ulysses terá de articular, a partir da próxima semana — como se acredita no PMDB — a escolha dos dois políticos que deverão

ser eleitos pelo diretório nacional para ocupar a primeira e segunda-vice presidência, cargos dos quais terão de se afastar os governadores eleitos Pedro Simon e Miguel Arraes — do Rio Grande do Sul e Pernambuco — por um imperativo legal.

Quem sugeriu que Ulysses Guimarães se afastasse da presidência do partido foi o senador Mário Covas, argumentando que ele não teria condições de se dedicar a problemas do PMDB a partir do momento em que acumulasse as duas presidências.

Lyra: amargura e decepção

WILSON TEIXEIRA SOARES
Coordenador de Política

Carente da parafernália neo-republicana para amparar sua candidatura de oposição, o deputado Fernando Lyra prossegue hoje, no Rio de Janeiro, sua obra oxigenadora de colocar em xeque a determinação suprapartidária de manter, ainda que inconstitucionalmente, o doutor Ulysses Guimarães frente à presidência da Câmara.

Interiorizado, carente de estudos constitucionais que evidenciem a flagrante ilegalidade que caracteriza a postulação do presidente do PMDB e da Câmara, Lyra encontra-se com o governador eleito Wellington Moreira Franco na tarefa, quase impossível, de reverter um jogo de cartas marcadas.

Consciente das dificuldades, mas tranqüilo por saber-se em sintonia com as bandeiras mudancistas do PMDB original, Lyra viaja sabendo dos contrangimentos que pesam sobre os governadores e parlamentares recém-eleitos, convocados por Ulysses a desembarcarem em Brasília proxima-mente para uma discussão ampla sobre o momento. Fato que funciona como contraponto em relação à possibilidade de seus possíveis eleitores anunciarem os votos.

Apesar de compreender a delicada posição na qual estão encurralados deputados de curta experiência, Fernando Lyra não consegue camuflar sua decepção com o comportamento adotado por alguns

companheiros de partido. Particularmente, o do líder do PMDB e do Governo na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, que está incorrendo, em sua análise, em um equívoco da maior seriedade. Por, ao que tudo indica, prosseguir deslumbrado pela vida em establishment.

A decepção do primeiro Ministro da Justiça da Nova República com a opção de Pimenta da Veiga tem, no entanto, raízes profundas. E que antecederam a eleição de Tancredo Neves. Com direito a testemunha: do então secretário-geral do PMDB, o senador Afonso Camargo.

Preocupado ante a possibilidade de Ulysses Guimarães ser derrotado pelo deputado Alencar Furtado no páreo pela presidência da Câmara, Tancredo convocou, em certa manhã de janeiro de 1984, a poucos dias da reunião do Colégio Eleitoral, Fernando Lyra ao seu apartamento. Sem rodeios, afirmou ao então primeiro secretário da Câmara: "Precisamos eleger Ulysses. Já que ele é candidato a presidente, não pode perder a eleição. Se isto acontecer, será a primeira derrota do meu governo".

Carta branca do futuro presidente no bolso do paletó, Lyra traçou sua estratégia em favor de Ulysses. Cooptar o apolo do decisivo grupo do PMDB pró-diretas, que tinha como expoente Pimenta da Veiga, transformando-o em candidato a líder do partido

para, assim, inviabilizar a vitória de Alencar Furtado.

O desfecho da trama é público. Ulysses foi eleito, Pimenta bison a liderança já na era do Plano Cruzado para, agora, retribuir freudianamente a Lyra. Que, à guisa de auto-consolo, filosofa: "A política cristaliza as nuances do ser humano. E desvenda seu caráter".

Amargurado, Lyra nutre, neste instante, a plena certeza de que Pimenta não está negociando coisa alguma. Apenas aumentando o côro dos alegres, que, sem pestanejar aderem às manobras continuísticas. Até mesmo evitadas à época da República Velha pelo então presidente da Câmara, Nelson Marchezan, que não teve coragem suficiente para valer-se da fórmula inserida no Regimento da Câmara durante o governo Figueiredo a fim de viabilizar sua reeleição ao cargo.

A decepção com o ainda líder do PMDB não é o único fato a preocupar Fernando Lyra. Igual espanto ele dedica ao que rotula de visão míope, capenga, reacionária, da classe política que vê no doutor Ulysses o caminho, a verdade e a fé. Exclusivas. Lúcido, incisivo quanto à realidade de que o presidente do PMDB tem seu peso histórico mas não é insubstituível em função alguma, Lyra não pretende facilitar a vida de quem quer que seja. Por professar a saudável e necessária crença de que contestar é engrandecer o processo político.